

O Presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, revelou que "o desembolso dos 3 bilhões de dólares que o Brasil precisa para fechar as contas de 83 somente será liberado na primeira quinzena de janeiro, mas, este fato não trará maiores problemas, porque os atrasados até 4 de outubro já estão pagos. Assim, o Brasil não arrisca ser considerado inadi-

considerado madrante se o pagamento dos demais atrasados, demorar mais um pouquinho". Pastore afirmou que o Brasil volta a renegociar sua dívida externa logo depois do carnaval, mas garantiu que esta negociação será sobre as quantias devidas em 1985. "O ano de 1984 já está plenamente equacionado", afirmou. Quanto à inclusão dos juros nesta nova negociação, Pastore disse que "a questão ainda está muito distante para ter uma visão clara. Analisaremos isto no momento oportuno". Ele negou que o Brasil tivesse conseguido condições piores de negociação com os bancos do que outros países da América Latina.

CMN aprova orçamento/84

Os Ministérios da Fazenda e do Planejamento decidiram cindir em duas a última reunião do ano do Conselho Monetário Nacional, devendo fechar, hoje, o orçamento monetário, referendar a eliminação dos centavos e a padronização dos modelos para cheques bancários bem como aprovar um programa de recuperação dos bancos estaduais. Para a segunda-feira, ficarão os assuntos menos importantes, equivalendo a uma "limpeza de prateleiras" onde serão referendados votos já aprovados, recursos de penalidades e resultados de inquéritos de rotina.

Segundo o assessor econômico do Ministério da Fazenda, Edésio Ferreira, o orçamento monetário será bem rígido, para atender aos compromissos do Brasil com o FMI no sentido de zerar o déficit público e baixar a inflação. Haverá um repasse de 5,8 trilhões de cruzeiros do orçamento fiscal para o monetário. Cerca de 43 por cento deste dinheiro novo irá para créditos à agricultura e 33 por cento para a exportação.

O Ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, ao confirmar que a expansão dos meios de pagamento e base monetária ficará contida em 50 por cento, apesar da inflação deste ano totalizar 220 por cento, disse que esta política monetária não caracteriza "um aperto", mas, simplesmente a execução de uma política monetária mais consistente para impedir pressões inflacionárias.

Galvêas disse que o Ministério da Fazenda proporá ao Conselho uma elevação de taxas de juros subsidiados para

juros subsidiados para agricultura, da ordem de 100 por cento da correção monetária mais 3 por cento, das taxas de crédito para exportação, da ordem de 95 por cento da correção monetária mais 3 por cento bem como um aumento substancial das taxas de redesconto do Banco Central que perderão seu caráter de taxas fixas, passando a ser correção monetária plena mais juros de 12 a 14 por cento.